



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de junho de 2023, pelas 11:10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Miguel Santos (PSD), deu nota da realização a reunião interparlamentar com a Comissão dos Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu, no dia 27 de junho, em Bruxelas, e da reunião interparlamentar Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu, no dia 28 de junho, em Bruxelas, informando sobre os principais temas abordados.

2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias;

A Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD), em substituição do Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias, Deputado Ricardo Sousa (PSD), deu nota de que na lista correspondente ao período entre 16 a 21 de junho, havia 7 iniciativas, tendo sido sinalizada 2 iniciativas para conhecimento, seguindo-se a apresentação das seguintes propostas de deliberação:

Referência	Data Iniciativa	Título	Comis. Competente
COM(2023)274	2023-06-16	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório sobre o estado de Schengen de 2023	Conhecimento à 1.ª CACDLG
COM(2023)302	2023-06-19	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o reexame das intervenções de emergência para fazer face	Conhecimento à 6.ª CEOPPH e à 11.ª CAENE

Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

		aos elevados preços da energia, em conformidade com o Regulamento (UE) 2022/1854 do Conselho	
COM(2023)312	2023-06-16	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável entre a União Europeia e a República de Angola	
COM(2023)313	2023-06-16	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo de Facilitação do Investimento Sustentável entre a União Europeia e a República de Angola	
COM(2023)327	2023-06-20	Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações com vista à celebração de um acordo com os Estados Unidos da América sobre o reforço das cadeias de aprovisionamento internacionais de minerais críticos	
COM(2023)328	2023-06-20	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que habilita a República Francesa a negociar, a assinar e a celebrar um acordo internacional sobre os requisitos de segurança e de interoperabilidade no âmbito da ligação fixa do canal da Mancha	
COM(2023)339	2023-06-20	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité de Embaixadores ACP-UE no que diz respeito à alteração da Decisão n.º 3/2019 do Comité de Embaixadores ACP-UE, de 17 de dezembro de 2019, que adota medidas transitórias nos termos do artigo 95.º, n.º 4, do Acordo de Parceria ACP-UE	

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, PCP e BE.

De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Miguel Santos, deu nota do pedido do Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) para que o



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Ponto n.º 4 da Ordem do dia pudesse ser antecipado, uma vez que teria de se ausentar para outra reunião, o que não mereceu a oposição de nenhum membro da Comissão.

4. Conferência sobre o Futuro da Europa – Avaliação da execução das propostas 11 a 16 «Uma economia mais forte, justiça social e emprego»;

O debate iniciou-se com o Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD) a proceder à apresentação da avaliação da execução das propostas 11 a 16 sobre o tema «Uma Economia mais forte, justiça social e emprego» adotadas na Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE).

Relativamente à proposta 11 sobre «Crescimento sustentável e inovação» destacou a medida relativa à economia circular, ao combate à obsolescência precoce dos equipamentos e à capacidade de inovação sobre os materiais disponíveis, tendo em vista a sustentabilidade económica, tarefa que se revela difícil uma vez que exige um equilíbrio entre o interesse dos fabricantes e produtores e, por outro lado, das indústrias criativas e inovadoras. Saliou ainda a necessidade de combater a utilização de embalagens/recipientes de plástico de utilização única e a dependência de países terceiros em matéria de tecnologia e sistemas de informação, um desafio que está longe de ser alcançado, não estando a UE a assumir um papel liderante.

Quanto à proposta 12 sobre «Reforçar a competitividade da UE e aprofundar o mercado único», referiu a forte dependência da China e a questão do mercado das matérias-primas, a uniformização dos sistemas de pagamentos eletrónicos no espaço europeu, atualmente o meio privilegiado das trocas comerciais. Destacou ainda o papel das pequenas e médias empresas (PME's), tendo presente a garantia da sua participação nos pedidos de financiamento com projetos de inovação de alto risco, e uma visão mais uniforme relativamente a setores estratégicos, incluindo o espaço, a robótica e a inteligência artificial (IA), recordando que a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, reiterou o empenho europeu no investimento da inteligência artificial (IA), o reforço do turismo e da cultura como motor da atividade económica e o combate à concorrência desleal por parte de países que não respeitam as regras europeias em matéria de trabalho e de direitos de autor sobre software com dados e inovações.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Sobre a proposta 13 «mercados de trabalho inclusivos», defendeu que os Estados-Membros devem implementar medidas para garantir condições de trabalho mais justas e promover o emprego, incluindo dos jovens e grupos mais vulneráveis, com especial incidência na formação e requalificação do mercado de trabalho para o futuro, nomeadamente através de soluções em linha, para as pessoas que vivem em zonas remotas ou com outras limitações.

No que concerne à proposta 14 «Políticas sociais mais fortes» destacou a realização, no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da UE, Cimeira Social do Porto que consubstanciou as medidas elencadas.

Relativamente à proposta 15 «Transição demográfica» salientou as medidas de estímulo à natalidade, à fixação das pessoas, ao acolhimento de migrantes, medidas que já constam dos Tratados, mas cuja execução não tem sido eficaz, referindo ainda a necessidade de promover uma idade de reforma flexível que permita prolongar a idade ativa para que se possa partilhar conhecimento e experiências.

Por fim, sobre a proposta 16 «Políticas fiscais e orçamentais», a última deste pacote, destacou a medida referente à harmonização e coordenação das políticas fiscais dos Estados-Membros da UE, por uma questão de justiça e como forma de estimular os domínios acima referidos.

Concluiu dizendo que considera pertinente rever a análise, uma vez que há um conjunto de medidas que deverão estar concluídas até final deste ano.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Miguel Santos, agradeceu a apresentação das propostas, apontou as diferenças entre o modelo europeu e o de outros países, como a China, no apoio às empresas para dinamizar a economia, mantendo a UE o financiamento do estabelecimento de empresas e dos meios de produção, enquanto a China financia a produção, o que lhe permite ser competitiva no mercado mundial, referindo que considera que deveria ser incluída uma cláusula de proximidade dos meios de produção, o que não afeta o Direito da Concorrência da UE, e poderia ser um elemento diferenciador nos critérios de adjudicação. Relativamente à erosão demográfica na UE, referiu que têm sido adotadas medidas de apoio à natalidade desde 2011/2012, mas os seus efeitos só se farão sentir daqui a 20 anos, pelo que a única solução com efeito imediato são os migrantes.

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS) saudou a exposição realizada e sublinhou a importância das medidas elencadas, desde as questões demográficas aos mercados



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

de matérias-primas, como o mercado dos resíduos elétricos e eletrónicos, com destaque para a reciclagem de cobre, ferro ou alumínio, bem como a questão da IA e a relevância de a Europa assumir um papel liderante nesta matéria.

A Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) referiu a gravidade da questão demográfica em Portugal, referindo a descida dos salários dos jovens qualificados no ano passado, em relação aos jovens não qualificados, e alertou para a necessidade de abordar esta questão a fim de reter talento e fixar jovens qualificados em Portugal, tanto portugueses como imigrantes.

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo (PS), em resposta, referiu um estudo sobre a matéria que refere que os países mais desenvolvidos apresentam uma diferença salarial menos acentuada entre as profissões mais e menos qualificadas.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

[COM\(2023\)209](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece medidas destinadas a reforçar a solidariedade e as capacidades da União para detetar, preparar e dar resposta a ameaças e incidentes de cibersegurança – Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Defesa Nacional.

Deputado Autor de Parecer: Rosário Gambôa (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE: Prazo de envio – 21/07/2023

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) apresentou o seu parecer, tendo a Senhora Deputada Catarina Rocha Ferreira (PSD) felicitado o trabalho realizado referindo a importância de reforçar a solidariedade europeia em matéria de Cibersegurança, acompanhando a posição manifestada. O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) referiu subscrever a posição expressa, apontando a necessidade de adaptar a legislação para dar resposta aos ataques a organismos do Estado e a indivíduos.



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, PCP e BE.

5. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 674/XV/1 \(PSD\)](#) - Recomenda ao Governo que junto das instituições europeias competentes defenda a realização plena e efetiva do potencial das regiões ultraperiféricas - Açores e Madeira

Foi fixada, nos termos do disposto nos artigos 156.º e 128.º n.º 6 do Regimento da Assembleia da República RAR, a redação final do texto do [Projeto de Resolução n.º 674/XV/1 \(PSD\)](#) - «Recomenda ao Governo que junto das instituições europeias competentes defenda a realização plena e efetiva do potencial das regiões ultraperiféricas - Açores e Madeira», por unanimidade, na ausência os Grupos Parlamentares da IL, PCP e do BE.

6. Discussão e votação, na especialidade dos: (continuação)

[Projeto de Lei n.º 354/XV/1.ª \(IL\)](#) - Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando expressamente o controlo da proporcionalidade no escrutínio das iniciativas legislativas da União Europeia;

[Projeto de Lei n.º 453/XV/1.ª \(IL\)](#) - Envio pelo Governo das tabelas de transposição de diretivas europeias à Assembleia da República;

[Projeto de Lei n.º 532/XV/1.ª \(L\)](#) - Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, descrevendo a informação que o Governo deve disponibilizar à Assembleia da República, relacionada com o processo de transposição das Diretivas Europeias;

[Projeto de Lei n.º 547/XV/1.ª \(PS\)](#) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, alargando e atualizando os mecanismos de acompanhamento e escrutínio parlamentar;



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Projeto de Lei n.º 531/XV/1.ª (L) - Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando o dever de o Governo comparecer, a cada reunião ministerial do Conselho da União Europeia, perante as comissões parlamentares competentes em razão da matéria;

Durante o período de debate intervieram os Senhores(as) Deputados(as) João Paulo Rebelo (PS) e Bruno Nunes (CH).

Concluído o debate, passou-se à votação, na especialidade, que versou sobre o «objeto» e a «entrada em vigor» dos Projetos de Lei 354/XV/1.ª (IL), 453/XV/1.ª (IL), 532/XV/1.ª (L), 547/XV/1.ª (PS) e 531/XV/1.ª (L), nos termos do disposto no artigo 152.º do Regimento da Assembleia da República.

O Relatório de discussão e votação, na especialidade, está disponível nas respetivas [páginas das iniciativas](#).

7. Outros assuntos;

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Miguel Santos (PSD), informou sobre a proposta de programa da visita de uma delegação das Comissões homólogas de ambas as Câmaras do Parlamento romeno, que terá lugar nos dias 11 e 12 de setembro, colocando à consideração dos membros da Comissão, sem prejuízo do envio posterior de eventuais propostas de alteração.

8. Apreciação e votação da ata n.º 58 de 17 de maio de 2023.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Miguel Santos (PSD) submeteu à apreciação e votação a ata n.º 58 de 17 de maio de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos GP da IL, PCP e BE.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, disponível em:

http://media.parlamento.pt/site/XVLEG/SL1/COM/04_CAE/CAE_20230628.mp3



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2023.

O VICE-PRESIDENTE



(MIGUEL SANTOS)



Comissão de Assuntos Europeus

ATA NÚMERO 66/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Edite Estrela (PS)
João Paulo Rebelo (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Silvano (PSD)
Miguel Santos (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Bruno Nunes (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Cegonho (PS)
Bernardo Blanco (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Luís Capoulas Santos (PS)
Rui Lage (PS)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Bruno Dias (PCP)
Mariana Mortágua (BE)